DOI 10. 5216/ o.v18i2.48731

ESCRAVIDÃO E VIOLÊNCIA: CRIMES COMETIDOS POR ESCRAVIZADOS NO INTERIOR DE ALAGOAS NO FINAL DO XIX EM UMA PERSPECTIVA DA PRÁTICA DE JAGUNCISMO

*Fábio Francisco de Almeida Castilho**

Resumo: O presente texto tem por objetivo analisar a representação escrava nos periódicos alagoanos no período final do escravismo, em especial, as notícias encontradas em O *Jornal de Penedo*, que repercutiam a ocorrência de três crimes de tentativa de assassinato praticados por cativos naquela freguesia no ano de 1875. Ao nos debruçarmos sobre este mote encontramos informações relevantes do período de crise do escravismo no país tomando por recorte espacial o interior de Alagoas. A cidade de Penedo, localizada às margens do Rio São Francisco, teve seu desenvolvimento econômico impulsionado pela navegação a vapor que conectava o seu porto fluvial aos principais portos oceânicos da época, reforçando sua posição de entreposto comercial entre o interior do Rio São Francisco e o comércio de cabotagem nacional em um contexto de intensificação do tráfico interprovincial na segunda metade do XIX. Com a análise dos crimes violentos e fugas relatados nos periódicos buscamos compreender o papel dos escravizados naquela sociedade e suas formas de busca por autonomia e estratégias de negociações, vislumbrando o papel do cativo enquanto sujeito histórico.

Palavras-chave: Escravidão; Periódicos; Alagoas.

* Doutor em História pela Unesp - Franca. Professor Ebtt IFAL - Campus Marechal Deodoro. Professor do Mestrado Profissional em Educação Profissional (PROFEPT) polo Maceió. E-mail: fabiofacastilho@hotmail.com

SLAVERY AND VIOLENCE: CRIMES COMMITTED BY SLAVED PEOPLE IN THE INTERIOR OF ALAGOAS AT THE END OF THE XIX IN A PERSPECTIVE OF THE PRACTICE OF BANDITISM

Abstract: The present text aims to analyze slave representation in the Alagoan periodicals in the final period of slavery, especially the news found in *O Jornal de Penedo*, which reported the three crimes of attempted murder by captives in that parish in the year of 1875. When we look at this motto, we find relevant information about the crisis period of slavery in the country, taking the interior of Alagoas as a space. The city of Penedo, located on the banks of the São Francisco River, had its economic development boosted by steam navigation that connected its fluvial port to the main ocean ports of the time, reinforcing its position as a commercial warehouse between the interior of the São Francisco River and the commerce in the context of the intensification of interprovincial traffic in the second half of the 19th century. With the analysis of violent crimes and scapes reported in the periodicals, we seek to understand the role of the enslaved in that society and their search for autonomy and negotiation strategies, glimpsing the role of the captive as a historical subject.

Keywords: Slavery; Newspapers; Alagoas.

ESCLAVITUD Y VIOLENCIA: CRÍMENES COMETIDOS POR ESCLAVIZADOS EN EL INTERIOR DE ALAGOAS A FINALES DEL XIX EN UNA PERSPECTIVA DE LA PRÁCTICA DEL YAGUNCISMO

Resumen: El presente texto tiene el objetivo de analizar la representación esclava en los periódicos de Alagoas durante el período final del esclavismo, en especial, las noticias encontradas en El Diario *de Penedo*, que repercutieron en el acontecimiento de tres crímenes de intento de asesinato practicados por cautivos en aquella parroquia, en el año 1875. Al ocuparnos de ese tema, encontramos informaciones relevantes sobre el período de crisis del esclavismo en el país, tomando por recorte espacial el interior de Alagoas. La ciudad de Penedo, ubicada a orillas del Río São Francisco, tuvo su desarrollo económico impulsado por la navegación a vapor, que conectaba su puerto fluvial a los principales puertos oceánicos de la época, reforzando su posición de almacén comercial entre el interior del Río São Francisco y el comercio de cabotaje nacional en un contexto de intensificación del tráfico interprovincial en la segunda mitad del XIX. Con el análisis de los crímenes violentos y de las fugas relatados en los periódicos, buscamos comprender el papel de los esclavizados en aquella sociedad y sus formas de búsqueda de autonomía y estrategias de negociaciones, vislumbrando el papel del cautivo como sujeto histórico.

Palabras clave: Esclavitud; Periódicos; Alagoas.

Introdução

Em novembro de 1875 O *Jornal de Penedo*, folha editada na região leste de Alagoas, noticiava que eram procurados os escravos José Nunes, Manoel Ventura do Nascimento e Jorge por crimes cometidos naquela localidade. O escravo José Nunes teria aplicado facadas em Pantaleão Marques da Costa, no mês de junho daquele ano, nas proximidades da povoação de Igreja Nova. Já o escravo Manoel Ventura do Nascimento era acusado de tentativa de assassinato, por ter dado uma "cacetada na cabeça de Anna Joaquina", no mês de julho do mesmo ano, no sítio Olhos da Água da Abóbora. Por último, o escravo de nome Jorge também era acusado de tentativa de assassinato, por ter desferido diversas facadas em Antônio José de Santana, em 11 de fevereiro de 1875, em Barra de Laranjeira, distrito de Piassabussu. Todos os crimes foram cometidos no termo de Penedo. O juiz municipal da região, Aureliano A. Ribeiro e Silva, pedia a captura dos referidos escravos.

Os crimes mencionados podem ser lidos no mesmo diapasão historiográfico que percebe os crimes cometidos por escravizados como modo de resistência ao cativeiro. No entanto, chama-nos a atenção o fato dos três escravos foragidos serem propriedade da mesma senhora, D. Maria de Carvalho Guimarães. A coincidência de três escravos pertencentes à mesma senhora estarem envolvidos em crimes de tentativa de assassinato em datas e locais próximos nos leva à hipótese da prática de *jaguncismo*.

De acordo com Antônio Candido, a definição de *jaguncismo* está ligada à ideia de prestação de serviço, "de mandante e mandatário, sendo típica nas situações de luta política, disputa de famílias ou grupos" (CANDIDO, 1970, p. 141). O jagunço é utilizado, geralmente, para transgressões, para impor a ordem privada que atua como se fosse a ordem pública. O mesmo autor lembra que, no sertão, o *jaguncismo* pode ser uma forma de estabelecer e fazer valer normas, o que torna o jagunço um tipo especial de homem violento e, por um lado, o afasta do bandido comum. O que vigora é a "lei da acostumação", segundo Candido (1970), em que a fronteira entre o legal e o ilegal é muito tênue e as arbitrariedades são comuns, em que "sempre rege o mando do mais forte". Desta forma, sob estas condições se assentaria o *jaguncismo*, em diferentes graus, mas em geral sob a forma de guerras e desmandos. A prática do *jaguncismo* com a utilização do elemento servil enquanto jagunço poderia ter sido uma prática costumeira no Brasil escravocrata?

Com efeito, o conceito de *jaguncismo* é mais comumente utilizado no período da *República Velha* (1889-1930). O mesmo conceito não é empregado na historiografia do Brasil Império (1822-1889) com a mesma frequência, talvez porque durante o governo imperial e com a vigência da escravidão, as relações entre senhor e escravo ou mandatário e jagunço ficavam mais ocultas e, portanto, de mais difícil verificação. O presente texto se propõe a analisar esta perspectiva, buscando perceber e estudar as ações e estratégias dos cativos no contexto de crise do escravismo no interior de Alagoas, em especial no termo de Penedo, com base nas notícias de crimes e fugas nos periódicos locais.

O *Jornal de Penedo*

Em nossa principal fonte, os periódicos de Alagoas, os escravos apenas aparecem como sujeitos de seus atos de duas maneiras: quando fugiam e eram procurados por seus senhores ou quando praticavam crimes. Ou seja, as elites que editavam os periódicos apenas reconheciam humanidade nos cativos quando eles se portavam como revoltosos. No mais das vezes os escravos não apareciam como atores, mas apenas como objeto de estudo no discurso das elites, que buscavam soluções para a crise da mão de obra, sem jamais se preocupar com a posição ou o papel dos cativos nesta questão.

Neste texto privilegiamos a posição de O *Jornal de Penedo*, folha que circulou de 1875 a 1913. Editado por Manoel Batalha, o periódico cobre um momento importante da história do país, passando pelo processo de abolição e o republicanismo. No período em tela a folha repercutia no interior de Alagoas as notícias que aconteciam na província, mas principalmente informava sobre o que se passava na capital do Império, o Rio de Janeiro. Dessa forma, a linha editorial do periódico buscava refletir sobre os acontecimentos que se passavam no país e na sua capital e tentava repercuti-los, com algumas especificidades, para o caso alagoano. Este periódico seguia uma linha conservadora e postou-se contrário ao abolicionismo e formas mais liberais de se pensar a organização do trabalho em Alagoas.

Nas edições analisadas, que, evidentemente, apresentam a visão senhorial, podemos perceber como os senhores qualificavam seus cativos. O escravo era sempre representado apenas de duas maneiras: ora como inimigo, ora como "bom escravo". Assim:

> A primeira ocorria nas ocasiões em que o escravo se confrontava diretamente com o poder senhorial, seja por meio da prática de crimes, como por exemplo, assassinato de seus senhores e familiares, seja fugindo ou promovendo rebeliões organizadas. A visão do "bom escravo" foi a que mais se enraizou no sistema escravista e envolvia uma série de códigos, interpretados tanto por senhores como por escravos com base em leituras diferentes dos deveres e das obrigações de cada parte (ANDRADE, 2008, p. 53).

Diferentes autores já enfatizaram a subjetividade da relação entre senhores e escravizados, estes trabalhos se preocuparam em desmistificar a imagem do *escravo-coisa*, visto como simples mercadoria e tiveram como resultado a construção de uma nova perspectiva das relações entre senhor e escravo, num contexto de negociações no qual o cativo também aparece na condição de sujeito histórico e possuidor de espaços de autonomia (CHALHOUB, 1990; FLORENTINO, 1997; GOMES, 2003; LARA 1992; MATTOS, 1998; MATTOSO, 1990; REIS; SILVA, 1989). Nosso escopo será o de analisar o discurso das elites sobre a transição da mão de obra em Alagoas e, sendo assim, as representações dos cativos nos periódicos são ressaltadas conforme a opinião dos editores do século XIX. Trata-se de uma opção metodológica de voltar-se, primordialmente, para as fontes primárias dando voz aos protagonistas dos acontecimentos históricos analisados.

A transição da mão de obra foi um dos temas mais presente na imprensa nacional do final do século XIX. Desde 1870 os periódicos de todo o país repercutiam questões referentes ao final do escravismo e as novas formas de trabalho que deveriam surgir nas lavouras. Com

o iminente final do regime escravista um novo braço precisava ser arregimentado para dar prosseguimento à produção nacional. Diante deste problema diversas propostas foram discutidas, passando da importação de trabalhadores estrangeiros, principalmente vindos da Europa, ao aproveitamento do trabalhador nacional, embora muitas vezes olhado com desconfiança devido aos discursos racistas, como o *darwinismo social*, em voga na época. A classe produtora precisava resolver este intrincado problema posicionando-se diante da imperiosa crise da mão de obra que se agravava no país com o final da escravidão.

Os periódicos analisados repercutiam com grande frequência os anúncios de "procura-se". Um exemplo é a edição do dia 02 de janeiro de 1887 do *Jornal do Pilar*, com a seguinte notícia de "procura-se":

> Desapareceu, ao amanhecer do dia 20 de Janeiro na propriedade do engenho FLOR DA MURTA, um escravo de nome Justino, idade 35 anos mais ou menos, crioulo, que alguns chamam de cabra, cabelo ruim, altura e cumprimentos regulares, pouca barba e esta ao redor da boca; tem as juntas dos joelhos para dentro, pés para fora e também regulares e sofre falta de dentes. Quem o pegar e trazer ao seu Sr. no referido engenho tem de gratificação duzentos mil reis, e cem mil reis quem o recolher à qualquer cadeia com segurança, avisando de prompto aqui ou na bahia aos Sns. LOPES & SOBRINHOS, e no Traipú ao Doutor José Jacinto de Souza. (Engenho FLOR-DA-MURTA. 13 de Fevereiro de 1873).

A segunda maneira por meio da qual o escravizado aparecia nos jornais de Alagoas era mais incômoda para a elite, pois neste caso ela era francamente ameaçada e seus membros eram as vítimas da "bestialidade" e da "brutalidade" dos negros "selvagens" que cometiam crimes e assassinatos contra seus senhores e membros de suas famílias. Frequentemente essas notícias eram acompanhadas de considerações sobre o problema da transição da mão de obra cativa em Alagoas e em todo o Brasil de maneira geral:

> No dia 25 do passado no Monte Verde, em S. Fidelis, um escravo do fazendeiro Thomaz Joaquim da Silva Faria, sendo repreendido pelos seus feitos, matou a foiçadas uma filha de 13 anos de idade, indo logo entregar-se ao sub-delegado em S. João do Paraíso. (*O Orbe*, 28 de agosto de 1881, p. 2).

Os crimes envolvendo escravos multiplicavam-se por todo país e davam a dimensão da crise do escravismo, pois diante das transformações no mundo do trabalho o que seria feito da mão de obra nacional, especialmente daqueles envolvidos na prática de crimes bárbaros?

> Assassinato – no dia 17 do corrente, Sebastião, escravo do Sr. Rafael Calado, italiano residente nesta cidade, assassinou ao infeliz quinquagenário Francisco das Chagas, no povoado denominado Feliz Deserto, freguesia de Piassabussú, deste Termo. O assassinado era um excelente homem, e morava naquele povoado, onde apareceu o escravo assassino que se tinha evadido da companhia do seu senhor. O infeliz Chagas tentou capturá-lo; mas ele, armado de um pau, descarregou-lhe uma bordoada tal que instantaneamente roubou-lhe a existência. No dia 18 a noite constou ao Dr. Juiz Municipal que o referido escravo se tinha recolhido a casa de seu senhor nesta Cidade. pelo que mandou o mesmo Dr. cercar-lhe a casa, e no dia 19, dando-se busca, não foi encontrado o dito escravo. (*Jornal do Penedo*, 23 de maio de 1876, p. 1).

Diante da crise do escravismo, observada no grande número de fugas e nos crimes bárbaros envolvendo cativos e senhores por todo o país, diferentes posições surgiram. Uns defendiam o fim do escravismo, regime bárbaro que condenava o escravo a uma vida desregrada e que o levava a se revoltar e cometer crimes. Outra posição defendia maior rigidez das leis para combater os cativos que enveredavam por uma vida de crimes. Cada grupo, com suas diferentes soluções, compôs o debate que se formou em torno da transição da mão de obra em Alagoas e no Brasil.

A prática de crimes e assassinatos traz à baila a discussão da violência nas senzalas, ora praticada contra o cativo e ora praticado por este, como uma perspectiva da crise do escravismo que se agravava no país desde 1850. Em Alagoas esta questão se tornou mais relevante uma vez que a província foi exportadora de escravizados. Com a intensificação do tráfico interprovincial, o município de Penedo, sede do periódico ora em análise, desempenhou destacado papel nesse processo.

Características do tráfico interprovincial em Penedo

A cidade de Penedo está localizada às margens do Rio São Francisco, sua ocupação data do início do processo de colonização do Brasil e por essa razão já se constituía uma vila antiga em meados do século XIX. De acordo Luana Teixeira (2016), ao longo dos oitocentos, Penedo consolidou-se como a segunda maior praça comercial da província de Alagoas e principal entreposto comercial da região que ligava o interior do São Francisco às rotas nacionais de cabotagem.

De acordo com a mesma autora, a cidade foi fundamental para a articulação de uma rota do comércio interprovincial de escravos que abrangia uma ampla região do Nordeste – "notadamente o Baixo e Submédio São Francisco e o Agreste Pernambucano – e levou centenas de cativos para o Sudeste do Brasil, especialmente para o Porto do Rio de Janeiro" (TEIXEIRA, 2016, p. 123). Teixeira (2016) assinala a importância que o comércio interno de escravos alcançou nos anos de 1850, momento em que iniciava na região um processo de desenvolvimento técnico e econômico impulsionado pela introdução da navegação regular a vapor.

Com efeito, a partir do desenvolvimento do tráfico interprovincial na década de 1850, processo que levaria milhares de cativos das várias regiões brasileiras para os centros econômicos mais dinâmicos, Penedo conheceu um rápido desenvolvimento que se perpetuou até fins do século XIX. Segundo Teixeira (2016), há décadas Penedo estava conectado aos principais portos do Império, havendo inclusive rotas frequentes executadas por embarcações a vela do Penedo a Maceió e a Salvador. Esse contato regular observado pela autora fortaleceu os circuitos comerciais que ligavam o interior do São Francisco à navegação de cabotagem, possuindo uma sólida infraestrutura urbana oriunda dos tempos coloniais. Esta dinâmica pode ser observada no extenso plantel que vivia na cidade de Penedo:

Tabela 1- Pagamento da taxa dos escravos das vilas e cidade – Penedo

Ano Fiscal	Proprietários	Escravos	Escravos por proprietários	Valor da taxa (réis)	Valor arrecadado (réis)
1854-1855	177	421	2,4	2.000	842.000
1855-1856	186	429	2,3	2.000	858.000

Fonte: Teixeira (2016, p. 135).

O desenvolvimento comercial e o fortalecimento da posição do município enquanto entreposto comercial entre o interior do São Francisco e os principais mercados nacionais dotaram-no, portanto, de uma característica especial: Penedo era também uma cidade comerciante de escravos. Por meio do comércio interprovincial foram deslocados mais de 220 mil escravos ao longo das décadas de 1850, 1860 e 1870. O principal destino desses escravos eram as províncias cafeicultoras do Sudeste. Em contraponto, havia diversas províncias de procedência de escravos, entre elas Alagoas. Inserida como vendedora no comércio interprovincial de escravos, em Alagoas o negócio operava principalmente através dos portos do Penedo e Maceió. Ambas eram cidades onde residiam escravos, mas, no contexto do comércio interprovincial, elas serviam de entreposto para remeter escravos do interior para os mercados do sul.

> As informações prestadas pelo Presidente da Província demonstram que entre 1854 e 1858, mais de seis centenas de escravos foram exportados pelo Porto do Penedo. Demonstrei que naquela cidade residiam 429 cativos em 1855. Ou seja, colocados estes dados lado a lado, os algarismos apontam para o fato de que em apenas quatro anos o número de escravos que foram embarcados em Penedo por força do comércio interprovincial superou aquele dos cativos que viviam na cidade. Ainda que alguns dos cativos embarcados fossem residentes na cidade, a grande maioria vinha de outras localidades, desde regiões próximas, como o interior do município e as cidades vizinhas, até Santa Maria, a mais de 400 km de distância (TEIXEIRA, 2016, p. 131).

Os dados indicam a importância que o comércio de escravos alcançou em Penedo, o que se tornou possível devido a sua posição de entreposto comercial entre Baixo e Submédio São Francisco e os principais portos do Império. Ao longo da década de 1850, enquanto a cidade vivia um momento de desenvolvimento econômico, os comerciantes locais e de outras praças viram ali a possibilidade de viabilizarem o transporte dos cativos de regiões longínquas diretamente para Salvador, e, dali, para o Rio de Janeiro. Além do contexto do tráfico interprovincial, tensões sociais e pequenas revoltas marcaram as províncias localizadas no Nordeste do país na segunda metade do XIX.

Tensão no interior de Alagoas na segunda metade do XIX: a Revolta do quebra-quilos

De acordo com os relatórios dos Presidentes de Província da década de 1870, o contexto no interior de Alagoas estava marcado por tensões e movimentos de turbulência social. No fim do ano de 1874 e início de 1875, uma desordem tomou conta de Alagoas, de acordo com o relato do Presidente Provincial Vieira de Araújo. Movimentos originados na província da Paraíba e que haviam se expandido a Pernambuco e Alagoas ameaçavam o sossego e colocavam em sobressalto a população. Diante do agravamento dos levantes o poder público teve de apelar para o governo imperial intervir e reestabelecer a ordem e tranquilidade pública. As autoridades aumentaram a concentração policial nos pontos limítrofes de Pernambuco, para que não fossem mais invadidos, e reforçaram o efetivo em municípios e vilas de Alagoas, como em Porto Calvo, Quebrangulo, Palmeira dos Índios, Atalaia, Imperatriz e Lage do Canhoto, tidos como pontos estratégicos para controle e pacificação do território provincial (Relatório do Presidente de Província, 1875).

O movimento alertado pelo Presidente de Província no relatório do biênio 1874 e 1875 ficaria conhecido como "Revolta dos quebra-quilos", levante social que em 1875 mobilizou parte da população das províncias de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Alagoas. Com efeito, em desagrado com a utilização do novo sistema de pesos e medidas, os manifestantes destruíram instrumentos de medição em feiras locais e invadiram as coletorias, câmaras municipais e cartórios para destruírem documentos ali existentes, como listas de impostos, hipotecas etc.; além de invadirem também as cadeias para soltar os presos. Estas manifestações foram amplamente combatidas pelas autoridades alagoanas.

De acordo com Geraldo Joffily (2015), nesse momento podemos perceber no país a tentativa do governo imperial de modernizar o Brasil. Essa tentativa surgiu a partir da necessidade de colocar a recém-criada nação à altura das nações europeias, ditas civilizadas. No entanto, um grande obstáculo se pôs nesse caminho, já que o Brasil ainda concentrava a maior parte de suas riquezas na área rural (o que fazia dos grandes latifundiários os donos do poder), a qual possuía a grande maioria da população de escravos e homens livres e pobres. Diante da imposição do novo sistema métrico decimal, vários grupos de homens livres e pobres se levantaram contra o governo imperial. O autor aponta para a importância de se conhecerem as causas das revoltas, assim como sua importância como manifestação popular contras as instituições governamentais, seus aspectos econômicos e sociais no meio rural nas últimas décadas do império (JOFFILY, 2015).

Destacamos que estas conturbações populares relatadas pelo Presidente de Província devem ser redimensionadas quando trazemos à tona o final das relações escravistas e a crise da transição da mão de obra. Os levantes relatados ocorreram nas feiras e praças públicas, mesmo ambiente em que os cativos circulavam rotineiramente. Desta forma, a revolta popular poderia afetar a relação escravista em seu processo de deterioração. A sociedade alagoana precisava se adaptar à nova organização do trabalho e essa crise trazia dúvidas e incertezas para os proprietários, para as autoridades, para os comerciantes e para a população escravizada.

A instabilidade daquele período pode ser percebida no tom grave utilizado pelo Presidente de Província Vieira de Araújo em seu relatório de 1875:

> O capitão Antonio Thomaz de Aquino, conhecido por Antonio Thomaz do Brejo Grande (morava na Imperatriz) invadiu o povoado Mundahú-Meirim, inutilizou os pesos e medidas do novo sistema, incendiou os cartórios, subdelegacias de polícia e julgado de paz e o titulo do cobrador dos impostos de feira, obstando a arrecadação dos mesmos e tentando assassinar o português conhecido por Antônio Moto-e-vivo.
>
> No timbó, ameaçada de invasão, foram tomados do poder do subdelegado de polícia dois sediciosos do Mundahú-Meirim. Foi preso o alferes Antonio Thomaz do Brejo Grande como um dos cabeças da sedição e submetido a processo com outros.
>
> Em Traipú, no lugar denominado Lagoa das Areias, houve certa agitação que cessou com a presença da autoridade, auxiliada por um destacamento volante que percorreu as comarcas do Penedo e Paulo-Afonso no Valle do Rio São Francisco. Em Atalaia, notou-se agitação que desapareceu com as autoridades, que fez reestabelecer o uso do novo padrão de pesos e medidas que havia sido abandonado pelo antigo sistema.
>
> No Pilar, houveram manifestações que não se reproduziram. Na capital, um grupo, na madrugada de 1º de 1875, fez manifestações inconvenientes de caráter sediciosos. A falta de forças deu lugar a serem recolhidas as patrulhas rodantes, o que animou as manifestações.
>
> Um grupo de sediciosos penetrou na comarca da Imperatriz, reproduzindo atentados cometidos na província da Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte. (Relatório de Presidente de Província, 1875).

A desordem social descrita nos relatórios e que tanto preocupava as autoridades alagoanas está intimamente relacionada com o período de final do escravismo, em que a tensão era causada pelas incertezas provocadas pela insegurança quanto à nova organização do mundo do trabalho no país e na província. No mesmo período pululavam nas páginas dos periódicos locais notícias de fugas e crimes violentos praticados por cativos.

A mesma preocupação pode ser percebida nos periódicos locais, quando os editores cobravam das autoridades locais medidas que pudessem garantir a segurança. Preocupavam-se, principalmente, com a circulação de negros e cativos no interior da província, regiões desguarnecidas segundo a opinião dos editores.

> A cada instante espera-se alguma desgraça, pois a impunidade em que vivem, por aqui, os malfeitores, não pode deixar de trazer consigo funestas consequências. Pessoa fidedigna comunica-nos que no tabuleiro vagueiam uns doze negros fugidos, armados de foice e chuço e, até o presente, ainda nenhum sinal de vida tem dado a policia da localidade! E com razão, por isso que sendo, como é, resumido o destacamento daqui, bem mal guarda as portas da cadeia! (*Jornal do Pilar*, 02 de junho de 1874).

Com efeito, a situação ficava mais grave com a presença dos cativos que por vezes cometiam crimes contra seus proprietários, instaurando na sociedade o receio de uma sublevação dos escravos que pudesse acarretar em uma drástica revolução social.

Entre os acontecimentos divulgados na imprensa destacava-se a ocorrência de crimes e assassinatos envolvendo o elemento servil, como um fato que ocorreu no município de Pilar

em abril de 1874. Nesse caso, um duplo assassinato cometido por cativos repercutiu nas folhas locais que reverberaram o aumento da violência envolvendo os escravos, conforme notícia em *O Jornal de Penedo*.

> No dia 28 de abril foram encontrados na casa de Gabriel nos subúrbios do Pillar cadáveres do capitão João Evangelista de Lima e sua mulher D. Josefa Martha de Lima, que haviam sido barbaramente assassinados um na noite de 26 e a outra na de 27 por seus escravos Prudêncio e Vicente, precedendo ajuste com Francisco, escravo de Dr. Joaquim Telesphoro Ferreira Lopes Vianna. Foram roubados da casa todos os objetos de valor, inclusive cavalos que os criminosos aproveitaram para fuga. (*Jornal de Penedo*, 09 de junho de 1874).[1]

Em obra clássica, Célia Azevedo (1988) discutiu a emersão de uma "onda negra" e o consequente "medo branco" como aspectos fundamentais do imaginário do Brasil imperial, principalmente nas grandes lavouras do Sudeste brasileiro. A constante preocupação de insurreições escravas colocava aquela sociedade em constante estado de tensão e alerta (AZEVEDO, 1988). Apontamos elementos desta mesma tensão para o interior de Alagoas, província afastada dos grandes centros urbanos do país.

Ao descrever a tensão vivenciada em Alagoas nas décadas de 1870 e 1880, as autoridades locais e os editores dos jornais analisados representam a preocupação das elites dirigentes em ordenar e organizar a província. Quais seriam os reflexos das alterações no mundo do trabalho na organização social da província? Qual o lugar que os ex-escravizados deveriam ocupar na sociedade livre? Estas e outras questões inquietavam as autoridades do país e de Alagoas.

A representação escrava nos periódicos locais

A abolição dos escravos, em maio de 1888, foi o fenômeno de maior interferência na sociedade brasileira em todo o século XIX. Com uma mudança estrutural de tal ordem, diferentes setores da sociedade tiveram que, aos poucos, se adaptar à nova realidade. Desta forma, algumas estratégias de negociação, tanto da parte dos senhores como dos ex-cativos começaram a se desenvolver.

Nos periódicos analisados os escravos passam a adquirir o *status* de agente ativo da sua própria história apenas na década de 1880 com o agravamento da crise da mão de obra, quando passaram a majorar nas páginas desses jornais notícias de crimes violentos cometidos por escravos. Além das fugas, majoravam nas folhas alagoanas denúncias e relatos de crimes violentos cometidos por escravos. O objetivo era deixar a população alarmada diante da emersão de uma "onda negra".

A preocupação maior dos editores de o *Jornal de Penedo* quanto aos crimes era enfatizar o acontecido como ato bárbaro que havia sido cometido por um escravo, o qual era descrito como uma besta-fera, sem expor sua versão da história ou os elementos que teriam levado à prática do crime. Alguns cuidados específicos devem ser tomados quando se utiliza a imprensa periodista como fonte histórica. Temos como base a pressuposição que o jornalismo,

através da seleção e divulgação de todo o material redacional, não só espelha a realidade como também constrói a realidade social. Desta forma, estamos convencidos de que a mídia não espelha simplesmente a realidade, mas constitui versões da realidade que dependem de posições sociais, interesses e objetivos daqueles que a produzem. Isso se caracteriza por meio de escolhas que são feitas nos vários níveis no processo de produção dos textos, desde as escolhas lexicais até os vários tipos de discurso que se inter-relacionam na construção do sentido (PALHA, 2000).

Desta forma, o jornalismo não tem a função apenas de comunicar a *outrem* o conhecimento da realidade, mas também a produz e reproduz. A representação, na imprensa e em todos os outros tipos de mídia e discurso, é uma prática construtiva. Os acontecimentos e as ideias não são comunicados de maneira neutra, ao contrário, são transmitidos com suas próprias características, as quais são impregnadas de valores sociais que dão uma perspectiva potencial para os acontecimentos (MELO, 2003).

Deste modo, as notícias relacionadas a fugas e crimes cometidos por escravos repercutem nas folhas editadas por proprietários e escravagistas de maneira parcial e monolítica, não oferecendo o viés dos cativos, suas razões e reações à sociedade escravista. Qualquer forma de resistência é descrita como crime bárbaro cometido por bestas-feras.

Em geral, os editores não se importavam com o escravizado. O discurso presente nos jornais analisados só mudou quando ficou patente que o sistema do trabalho escravo deveria dar lugar a uma nova forma de organização do mundo do trabalho. Então, os velhos editores procuram assumir uma nova roupagem e decretam que a escravidão, embora legal – pelo estatuto de propriedade –, não era legítima. Essa mudança se referia basicamente aos centros urbanos e, particularmente, ao Nordeste.

O recém-liberto deixa de ser estigmatizado como indolente, moroso e violento para constituir-se em elemento de mão de obra experimentada e valorizada nas lavouras, imprescindível para o desenvolvimento nacional.

Considerações Finais

Os eventos noticiados parcamente nos periódicos de finais do XIX suscitam mais questões do que oferecem respostas. No nosso exemplo, seriam as vítimas dos escravos inimigos ou adversários de D. Maria de Carvalho Guimarães? Infelizmente a fonte pesquisada não nos revela mais nenhuma evidência nesse sentido. Em outros documentos perscrutados tampouco encontramos nova menção aos crimes e aos acusados. No entanto, tal análise pode contribuir com nosso escopo, pois oportunizou averiguar a complexidade das relações entre senhores e escravos e as muitas outras maneiras de relacionamento que advieram com a progressiva extinção da escravidão no mundo do trabalho.

A descrição de crimes e assassinatos convinha para amedrontar a elite e pressioná-la para encaminhar o fim do escravismo. Por outro lado, o crime contra escravos demonstra que eles eram as maiores vítimas do regime bárbaro; e por último, um universo de negociações nos é revelado com a leitura do ponto de vista dos cativos.

Embora nos periódicos os editores se preocupassem em ressaltar a sua participação, também é possível recuperar o ponto de vista dos cativos e demais trabalhadores no complexo período da transição da mão de obra no país.

Quando decidimos centrar a pesquisa em periódicos locais, nossa tentativa foi a de compor um panorama da transição da mão de obra pela ótica de diferentes proprietários, com diferentes visões políticas e, consequentemente, diferentes soluções para a crise.

Com isso, procuramos fugir dos registros oficiais e de uma bibliografia de cunho tradicional. Portanto, elegemos uma peça discursiva, isto é, O *Jornal de Penedo*, que nos permitiu uma leitura alternativa, aquela que a historiografia tradicional não menciona. Nos periódicos podemos encontrar o discurso das elites e perceber suas estratégias para realizar a transição da mão de obra com o menor abalo político e social possível. Ao mesmo tempo, nos foi desvelado o soslaio dos cativos.

Nota

1 Este crime se tornou célebre por se tratar da última pena capital registrada no Brasil. De acordo com Tavares (2009), a cidade de Pilar, então um dos três mais relevantes aglomerados urbanos da província de Alagoas nos idos de 1874, é palco de um duplo assassinato responsável pela última sentença de morte por enforcamento no Brasil, cujo desenlace obtém notória repercussão na imprensa alagoana e nacional (WESTIN, 2016).

Referências

ANDRADE, Marcos Ferreira**. Elites regionais e a formação do Estado Imperial Brasileiro:** Minas Gerais – Campanha da Princesa (1799-1850). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

AZEVEDO, Celia Maria Marinho. **Onda negra, medo branco:** o negro no imaginário das elites - século XIX. São Paulo: Annablume, 1988.

CANDIDO, Antonio. Jagunços mineiros de Cláudio a Guimarães Rosa. **Vários escritos**, v. 3, p. 147-179, 1970.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. **A paz das senzalas**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1997.

GOMES, Flávio dos Santos. **Experiências atlânticas**: ensaios e pesquisas sobre a escravidão e o pós-emancipação no Brasil. Passo Fundo: UPF, 2003.

JOFFILY, Geraldo Irenêo. o quebra-quilo. A revolta dos matutos contra os doutores (1874). **Revista de História**, São Paulo, v. 54, n. 107, p. 69-145, 2015.

LARA, Sílvia Hunold. Escravidão no Brasil: um balanço historiográfico. **LPH-Revista de História**, Mariana, v. 3, n. 1, p. 215-44, 1992.

MATTOS, Hebe Maria. **Das cores do silêncio**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

MATTOSO, Kátia. **Ser escravo no Brasil**. Tradução de James Amado. São Paulo: Brasiliense, 1990.

MELO, José Marques. **Jornalismo opinativo:** gêneros opinativos no jornalismo brasileiro. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.

PALHA, Cássia L. **Mídia e participação política**: a pedagogia da desmobilização popular. Niterói: UFF, dissertação de mestrado, 2000.

REIS, João José; SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito:** a resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Companhia das letras, 1989.

TAVARES, Cleidson Sorrentino. O último enforcamento no Brasil. **WebArtigos**. 2009. Disponível em: <https://www.webartigos.com/artigos/o-ultimo-enforcamento-no-brasil/30421>. Acesso em: 24 ago. 2018.

TEIXEIRA, Luana. Vapores e escravos no Penedo, Alagoas, na década de 1850. **Sæculum–Revista de História**, João Pessoa, n. 34, p. 123-142, jan./jun. 2016.

WESTIN, Ricardo. Império usou a forca para conter escravos assassinos. **Senado Notícias**, Brasília, 4 abr. 2016. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/imperio-usou-a-forca-para-conter-escravos-assassinos>. Acesso em: 26 jul. 2017.

Recebido em 15 de agosto de 2017
Aceito em 18 de março de 2018